al-madan online

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL
ISSN 2182-7265 [semestral]
#29 (tomo 2) Jul. 2026

O LIDADOR
história social atlântica nos Açores

CAA
Centro de Arqueologia de Almada

Capa | Jorge Raposo

Composição gráfica que tem por base fotografia subaquática do *Lidador*, embarcação a vapor construída em Londres, em 1873, que assegurou a rota Lisboa--Rio de Janeiro por um curto período, pois naufragou apenas cinco anos depois na baía de Angra do Heroísmo.
É hoje um dos naufrágios mais visitados por mergulhadores recreativos no arquipélago dos Açores.

Foto | © José Luís Neto.

Na ocasião em que se discute a criação, nos Açores, de um Museu Nacional dedicado à Arqueologia Náutica e Subaquática, por petição pública entretanto apoiada unanimemente no respectivo parlamento regional, a *Al-Madan Online* destaca um dos sítios emblemáticos desse rico e diversificado Património arqueológico: aquele onde naufragou o vapor *Lidador*, em 1878, quando assegurava a rota atlântica que unia Lisboa ao Rio de Janeiro. Incorporado em parque arqueológico subaquático desde 2005, a integridade e o estado de conservação do destroço deste navio surpreendem os muitos mergulhadores recreativos que atrai à baía de Angra do Heroísmo. Mas evocam também um dos movimentos sociais mais relevantes do século XIX açoriano e português: o da emigração legal e clandestina para o Brasil, maioritariamente oriunda dos Açores e do Minho, num contexto que a historiografia viria a classificar de *"escravatura branca"*, por incidir essencialmente sobre mão-de-obra desqualificada e barata destinada a substituir o comércio de escravos africanos, cuja proibição fora decretada em 1850. Esse é o contexto económico e social que o naufrágio do *Lidador* também permite abordar.
Outros estudos têm por tema a interacção de populações fenícias e indígenas no processo de formação de *Olisipo* e na estruturação do território envolvente ao longo do I milénio a.C., ou análises mais detalhadas dos selos de chumbo aplicados em mercadorias que chegaram ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, ou ainda de um marco epigrafado que marcaria a divisão entre os terrenos ligados a este Mosteiro e à Quinta das Lágrimas, passando por um conjunto de materiais de Época Moderna recolhidos na Rua da Fé, em Lisboa, e por um olhar arqueológico sobre instrumento culinário recolhido em estruturas habitacionais do século XVI, em Silves.
A Arqueologia de campo está representada por trabalhos em Moura, Lisboa e Leiria, enquanto outros artigos partem da realidade brasileira para uma reflexão mais abrangente sobre a teoria e a prática arqueológicas a aplicar em contextos de catástrofe, discutem como avaliar e registar situações dramáticas de isolamento sénior, e questionam os limites da Arqueologia contemporânea portuguesa.
Por fim, a *Al-Madan Online* volta a dar atenção à arte do guadameci / "couro dourado", agora a propósito de uma encomenda do início do século XVII destinada a decorar o Palácio de Estaus, sede da Inquisição de Lisboa. E o alinhamento encerra com noticiário breve de intervenções arqueológicas e de eventos científicos ou de divulgação, que acompanha a agenda dos anunciados para os próximos meses e a recensão e destaque de edições recentes. Tudo isto antecedido pelas crónicas de Arqueologia e Património que dão brilho às páginas iniciais desta edição.
Como sempre, votos de que encontre bons motivos de leitura, com prazer e saúde.

Jorge Raposo, 28 de Junho de 2026

al-madan online

2.ª Série, N.º 29, Tomo 2, Julho 2026

Proprietário e editor |
Centro de Arqueologia de Almada,
Apartado 603 EC Pragal,
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

Sede do editor e da redacção |
Travessa Luís Teotónio Pereira,
Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.almadan.publ.pt

ISSN | 2182-7265

Estatuto editorial | www.almadan.publ.pt

Distribuição | http://issuu.com/almadan; https://zenodo.org/communities/al-madan_online

Periodicidade | Semestral

Apoios | Associação dos Arqueólogos Portugueses / ArqueoHoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Ld.ª / Câmara Municipal de Almada / / Dryas - Octopétala, Ld.ª / Cota 80-86, Unipessoal, Ld.ª / Câmara Municipal de Oeiras / Neoépica, Ld.ª

Director | Jorge Raposo
(director.almadan@gmail.com)

Publicidade | Centro de Arqueologia de Almada (c.arqueo.alm@gmail.com)

Conselho científico |
Amílcar Guerra, António Nabais, Luís Raposo, Carlos Marques da Silva e Carlos Tavares da Silva

Resumos | Autores e Jorge Raposo (português), Luísa Pinho (inglês) e Maria Isabel dos Santos (francês)

Modelo gráfico, tratamento de imagem e paginação electrónica |
Jorge Raposo

Revisão | Autores e Fernanda Lourenço

Colaboram neste tomo | April M. Beisaw, Tânia Casimiro, Maria João B. Coelho, Ricardo Coelho, Rui Gomes Coelho, Sara Cura, Vítor Durão, José d'Encarnação, Allysson A. de Farias, Vanessa Filipe, Sofia Fonseca, Marcos T. E. Frota, Cristina Gameiro, Vanessa Gaspar, Catarina Gomes, Rosa V. Gomes, Sérgio Gomes, Susana Henriques, Martha J. Hernández Velasco, Vítor O. Jorge, Catarina C. Leal, Afonso Leão, Sebastião L. de Lima Filho, António Marques, Maria João Marques, Nicholas Márquez--Grant, Victor Mestre, Manoel O. Moraes Filho, Renato E. Moreira Filho, José Luís Neto, Agustín Ortega-Esquinca, Susana Pacheco, F. Donald Pate, Franklin Pereira, Rui Pina, Rui Pinheiro, Paulo Costa Pinto, Artur Rocha, Maria Isabel F. Rodrigues, André Tomás Santos, Filipe J. C. Santos, Joel Santos, Maria do Céu Santos, Guilherme Sarmento, João Sequeira, Bruno Silva, Sara Simões, Vítor Rafael C. Sousa, Marco Valente e Alexandra Vieira

Os conteúdos editoriais da *Al-Madan Online* não seguem o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, a revista respeita a vontade dos autores, incluindo nas suas páginas tanto artigos que partilham a opção do editor como aqueles que aplicam o dito Acordo.

Índice

Editorial... 3

Crónicas

Esta louca correria… | José d'Encarnação... 6

Conservar, reconstituir, mobilar de passado o nosso presente | Vítor Oliveira Jorge... 9

A questão do *bom senso* e do *bom gosto* nas intervenções em Património: a liberdade criativa enquanto processo de vivificação da memória cultural | Victor Mestre... 12

Estudos

O *Lidador*: um relevante documento da História social atlântica nos Açores | José Luís Neto... 16

Selos de Mercadorias: os selos de chumbo do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra | Maria João Bernardes Coelho, Catarina Cunha Leal e Maria do Céu Santos... 32

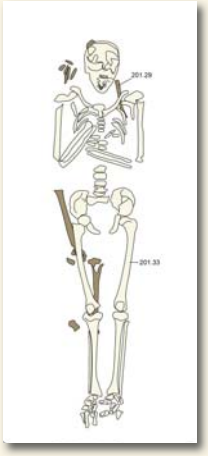
Olisipo no Baixo Tejo: estruturas territoriais e processo de formação, I milénio a.C. | Vitor Durão... 46

Gabinete de Curiosidades. Materiais de Época Moderna da Rua da Fé, Lisboa | Artur Rocha... 61

Uma Estrema Entre o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova e a Quinta das Lágrimas (Coimbra): crónica de um marco (re)descoberto na Rua Cano dos Amores | Filipe J. C. Santos e Maria Isabel Figueiredo Rodrigues... 71

Carretilha: de utensílio culinário a artefacto arqueológico | Rosa Varela Gomes... 78

Arqueologia



A Arqueologia na Reabilitação Urbana: o caso da *Torre do Relógio*, em Amareleja | Vanessa Gaspar... 85 ▶

Síntese dos Trabalhos Arqueológicos Realizados no Viaduto do Campo Grande, Torre Vicentina, Rampa de Garagem / / Metropolitano de Lisboa | Vítor Rafael C. Sousa, Rui Pina, Bruno Silva, Guilherme Sarmento e Catarina Gomes... 94 ▶

A *Casa Fabião* (Largo de São Pedro, Leiria): os resultados dos trabalhos arqueológicos recentes | Filipe J. C. Santos... 107 ▶

Opinião

Digging up the present! Essay on Disaster Archaeology: concept, definition, and its field of practice as a subfield of Forensic Archaeology | Sebastião Lacerda de Lima Filho, Marcos Tadeu Ellery Frota, Renato Evando Moreira Filho, April M. Beisaw, F. Donald Pate, Nicholas Márquez-Grant, Martha Judith Hernández Velasco, Allysson Allan de Farias e Manoel Odorico de Moraes Filho... 124 ▶

Arqueologia do Isolamento Sénior: ética, memória e metodologias de registo | Tânia Casimiro, João Sequeira, Joel Santos, Susana Henriques e Vanessa Filipe... 131 ▶

Património

Os Guadamecis no Palácio da Inquisição, no Rossio Lisboeta, em Inícios do Século XVII | Franklin Pereira... 148 ▶

Da Consagração Arqueológica à Decadência Intelectual: porque escrevemos o óbvio? | Joel Santos, Susana Pacheco, João Sequeira, Tânia Casimiro, Afonso Leão e Ricardo Coelho... 141 ▶

Noticiário arqueológico

Um achado fortuito na Fundação de Serralves | Rui Pinheiro... 156 ▶

Monte da Salsa / Salsa 1 (Brinches, Serpa): um novo complexo religioso? | Marco Valente e Maria João Marques... 159 ▶

Dois Prováveis Monumentos Megalíticos Inéditos? (União de Freguesias de Salvador e Santa Maria da Feira, Beja) | Marco Valente e Agustín Ortega-Esquinca... 163 ▶

Eventos

Workshops 50Layers | Cristina Gameiro, Sérgio Gomes, Rui Gomes Coelho, Sara Simões, André Tomás Santos e Sara Cura... 165 ▶

ArqueoLoci em 2026: iniciativas para a valorização do turismo arqueológico em Portugal | António Marques, Alexandra Vieira, Sofia Fonseca e Paulo Costa Pinto... 168 ▶

Agenda de Eventos... 171 ▶

Livros & Revistas

Retrato, vós não sois meu! | José d'Encarnação... 172 ▶

Novidades editoriais... 173 ▶

Arqueologia do Isolamento Sénior

ética, memória e metodologias de registo

Tânia Casimiro [1], João Sequeira [2], Joel Santos [3],
Susana Henriques [4] e Vanessa Filipe [5]

Resumo

Em Lisboa, ainda que o fenómeno seja frequente em todo o país, intervenções arqueológicas associadas à reabilitação urbana revelam casas onde tudo permanece no lugar: a cama feita, medicamentos na mesa de cabeceira, loiça por lavar. Não se trata de ruínas antigas nem de depósitos arqueológicos centenários, mas de habitações de pessoas recentemente falecidas, sem herdeiros diretos, suspensas entre a vida e o abandono.
São ambientes recentes, densamente carregados de significado, cuja destruição iminente coloca uma questão fundamental: devem estes espaços ser ignorados como lixo contemporâneo ou reconhecidos como contextos arqueológicos relevantes?
Este artigo parte desse debate para propor uma reflexão sobre a Arqueologia do isolamento (ou mesmo do abandono) sénior.

Palavras-chave: Arqueologia urbana; Arqueologia do isolamento sénior; Teoria arqueológica; Metodologia.

Abstract

In Lisbon, archaeological interventions during urban rehabilitation works often reveal homes where everything is in its right place: the bed is made, the medication is on the bedside table, the dirty dishes are on the sink. These are not old ruins or century-old archaeological deposits, but the homes of recently deceased people without direct heirs, suspended between life and abandonment.
These recent environments are loaded with meaning and their imminent destruction raises a fundamental question: should they be ignored as contemporary litter or acknowledged as relevant archaeological contexts?
This article stems from this debate to propose a reflection about the Archaeology of old age isolation (albeit abandonment).

Key words: Urban archaeology; Old age isolation Archaeology; Archaeological theory; Methodology.

Résumé

A Lisbonne, bien que le phénomène soit fréquent dans tout le pays, des interventions archéologiques associées à la réhabilitation urbaine révèlent des maisons où tout reste à sa place : le lit fait, des médicaments sur la table de chevet, de la vaisselle à laver. Il ne s'agit nullement de ruines anciennes ni de dépôts archéologiques centenaires mais d'habitations de personnes récemment décédées, sans héritiers directs, suspendues entre la vie et l'abandon.
Ce sont des milieux ambiants récents, densément chargés de sens, dont la destruction imminente pose un problème fondamental : ces espaces doivent-ils être ignorés en tant que déchets contemporains ou reconnus comme des contextes archéologiques pertinents ?
Cet article part de ce débat afin de proposer une réflexion sur l'Archéologie de l'isolement (voire de l'abandon) des séniors.

Mots Clés: Archéologie urbaine; Archéologie de l'isolement des séniors; Théorie archéologique; Méthodologie.

1. Introdução

Será que o abandono e o isolamento sénior são apenas um problema social? E se fosse possível também abordá-los arqueologicamente? Em Lisboa, ainda que este fenómeno seja frequente em todo o país, no contexto de intervenções arqueológicas associadas à reabilitação urbana, os arqueólogos deparam-se com casas onde tudo permanece no lugar: a cama feita, medicamentos na mesa de cabeceira, loiça por lavar. Não se trata de ruínas antigas nem de depósitos arqueológicos centenários, mas de habitações de pessoas recentemente falecidas, sem herdeiros diretos, suspensas entre a vida e o abandono.

O envelhecimento demográfico constitui uma das transformações mais significativas das sociedades contemporâneas (Camarano, 2016). Em Portugal, tal como noutros países europeus, o aumento da esperança média de vida tem sido acompanhado por um crescimento expressivo do número de pessoas idosas a viver em situação de isolamento. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, em 2024, pessoas com mais de 65 anos correspondiam a 24,3 % da população, o que compara diretamente com 9,7 % da população em 1970, e com uma projeção para 2100 de 37,3 %, mais de um terço da população portuguesa (ver https://bit.ly/4dWXe9D). Se considerarmos que a mesma projeção estima que em 2100 a população portuguesa diminua de 10,75 milhões para cerca de 8,5 milhões, a importância desta temática ganha uma dimensão preocupante. Em 2024, estimava-se que cerca de 500 mil pessoas idosas viviam sozinhas, com maior expressão nas freguesias do interior norte e centro do país, o que representava cerca de 5 % da população portuguesa (ver https://bit.ly/4flbpIb). Este fenómeno, frequentemente descrito em termos estatísticos, traduz-se também numa realidade material concreta. Como mencionado, após o falecimento dessas pessoas, diversas casas que permanecem fechadas devido à falta de herdeiros diretos estão repletas de objetos, memórias e vestígios de vidas que deixaram de ter quem as reivindique.

[1] Universidade de Stirling (Escócia).

[2] Universidade de Coimbra.

[3] Universidade de Leicester (Inglaterra).

[4] Cidheus - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora.

[5] Cota 80.86.

Por opção dos autores, com exceção de João Sequeira, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.
Foi recebido para publicação em 2026-05-12.

O presente trabalho foca-se no contexto de intervenções urbanas em Lisboa, onde estas casas surgem frequentemente durante trabalhos arqueológicos de diagnóstico ou de acompanhamento de obra. Chamados a avaliar estruturas e estratigrafias, os arqueólogos deparam-se, inesperadamente, com espaços domésticos abandonados cuja aproximação não se enquadra nos parâmetros tradicionais da disciplina. Não se trata de contextos antigos, nem de depósitos arqueológicos convencionais, mas de ambientes recentes, densamente carregados de significado, cuja destruição iminente coloca uma questão fundamental: devem estes espaços ser ignorados como lixo contemporâneo ou reconhecidos como contextos arqueológicos relevantes?

Este artigo parte desse debate para propor uma reflexão sobre a Arqueologia do isolamento (ou mesmo do abandono) sénior. Argumenta-se que estes contextos, embora recentes, constituem arquivos materiais de elevado valor interpretativo, permitindo aceder a dimensões da vida quotidiana, do isolamento, da solidão e da memória que dificilmente seriam captáveis por outras vias. No entanto, a sua abordagem levanta dilemas éticos significativos, nomeadamente quanto à ausência de consentimento dos antigos moradores, à natureza íntima dos vestígios e à legitimidade da intervenção arqueológica.

Simultaneamente, estes contextos provocam desafios metodológicos que exigem o desenvolvimento de estratégias específicas de registo. A aplicação de metodologias tradicionais, baseadas na escavação, na recolha sistemática e na inventariação exaustiva, revela-se não só impraticável face às exigências da Arqueologia de contrato, mas também desajustada face à natureza destes espaços e às questões éticas a eles associadas. Torna-se, assim, necessário conceber formas de documentação que privilegiem o contexto, a relação entre objetos e a experiência sensorial do espaço, em detrimento da análise isolada de artefactos.

Deste modo, o presente artigo tem dois objetivos principais. Por um lado, discutir os dilemas éticos associados à Arqueologia de casas recentemente habitadas por idosos que viviam em isolamento, propondo um enquadramento assente na responsabilidade social e na ética do cuidado. Por outro lado, apresentar uma abordagem metodológica adaptada a estes contextos, baseada no registo não intrusivo, na análise de conjuntos e na valorização da dimensão sensorial. Através desta dupla abordagem, procura-se demonstrar que a Arqueologia do isolamento sénior não só é possível como necessária, desde que conduzida com rigor, sensibilidade e consciência ética.

“O presente artigo tem dois objetivos principais. Por um lado, discutir os dilemas éticos associados à Arqueologia de casas recentemente habitadas por idosos que viviam em isolamento, propondo um enquadramento assente na responsabilidade social e na ética do cuidado. Por outro, apresentar uma abordagem metodológica adaptada a estes contextos, baseada no registo não intrusivo, na análise de conjuntos e na valorização da dimensão sensorial.”

2. A Arqueologia do passado recente e o isolamento doméstico

Nas últimas décadas, a Arqueologia tem vindo a expandir significativamente os seus limites cronológicos, epistemológicos e metodológicos, integrando progressivamente o estudo de contextos pertencentes ao chamado passado recente ou mesmo ao presente. Esta transformação não resulta apenas de um alargamento temporal da disciplina, mas também de uma reformulação mais profunda do que se entende por Arqueologia e do seu papel na sociedade contemporânea. Como tem sido internacionalmente discutido, a Arqueologia deixou de ser exclusivamente uma ciência dedicada ao estudo de vestígios antigos para se afirmar como uma disciplina centrada nas relações entre pessoas, objetos e espaços, independentemente da sua cronologia (Latour, 2007; Lucas, 2021; Casimiro *et al.*, 2023; Sequeira, 2026).

Neste contexto, a Arqueologia Contemporânea surge não apenas como um campo de estudo, mas também como uma prática crítica e reflexiva que questiona as fronteiras tradicionais entre passado e presente. A materialidade contemporânea, longe de ser considerada irrelevante ou demasiado recente, é entendida como portadora de significados complexos, envolvendo memória, identidade, poder e exclusão social. Como sublinhado em trabalhos recentes, a Arqueologia Contemporânea não pode ser neutra nem meramente descritiva, uma vez que opera sobre realidades que continuam a afetar diretamente as comunidades atuais (Casimiro, Santos e Sequeira, 2025). Os problemas sociais são um dos conceitos centrais em Arqueologia Contemporânea e, muito embora o presente trabalho trate do isolamento/abandono, temas como problemas ambientais, habitação ou dependência têm vindo a ser abordados (Santos, 2024; Casimiro *et al.*, 2024; Corrêa, 2025).

O abandono em Arqueologia é muitas vezes associado à formação de sítios arqueológicos e tem sido frequentemente entendido como um

momento de rutura, que marca o fim da ocupação de um espaço (Schiffer, 1996; Cameron e Tomka, 1993). No entanto, em contextos contemporâneos e, mais especificamente, nas casas de idosos, o abandono deveria ser interpretado de forma diversa, como um processo, muitas vezes prolongado e desigual, que envolve decisões individuais, dinâmicas familiares e condicionantes estruturais. Este processo pode assumir múltiplas formas, tais como abandono progressivo associado à institucionalização em lares, esvaziamento seletivo ou completo por familiares, ou abandono súbito após a morte, quando não existem descendentes ou redes de apoio que reclamem os bens. Este artigo trata precisamente de situações associadas à última das formas.

Estes espaços domésticos abandonados constituem, assim, contextos particularmente ricos do ponto de vista arqueológico (Buchli e Lucas, 2001). Funcionam como verdadeiros arquivos biográficos, nos quais os objetos não se apresentam como elementos isolados, mas como parte de redes de relações que refletem práticas quotidianas, hábitos de consumo, crenças religiosas e estratégias de sobrevivência emocional. Ao contrário de outros contextos arqueológicos, em que a fragmentação e a deposição secundária dificultam a leitura, estas casas preservam frequentemente uma organização espacial relativamente intacta, permitindo uma abordagem contextual densa e relacional. A análise de casas recentemente abandonadas permite, assim, aceder a dimensões ocultas da vida social, nomeadamente às práticas de cuidado, abandono e exclusão.

Contudo, a proximidade temporal que confere riqueza interpretativa a estes contextos é também o que os torna complexos. Ao contrário dos sítios arqueológicos tradicionais, os espaços domésticos contemporâneos não pertencem a um passado distante e anonimizado. Pelo contrário, são frequentemente reconhecíveis, familiares e profundamente enraizados nas experiências sociais/emocionais dos próprios arqueólogos. Como tem sido mencionado em diversos trabalhos, a Arqueologia Contemporânea colapsa a distância entre sujeito e objeto de estudo, obrigando o investigador a confrontar-se com a sua própria posição enquanto agente social e político (Moura *et al.*, 2025).

Neste sentido, o isolamento doméstico de idosos ocupa um lugar particularmente sensível na Arqueologia do passado recente. Não se trata apenas de estudar objetos deixados em suspensão temporal, mas de lidar com vestígios de vidas marcadas por solidão, vulnerabilidade e, frequentemente, invisibilidade social. Estes contextos situam-se numa zona liminar entre o Património e o lixo, entre a memória e o esquecimento, desafiando as categorias tradicionais da disciplina. Como demonstrado em trabalhos recentes em Portugal, muitos destes contextos são destruídos sem qualquer registo, precisamente por não se enquadrarem nas definições convencionais do que constitui Património arqueológico (Casimiro *et al.*, 2023).

A dificuldade de enquadramento destes espaços também se reflete legalmente. O *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*, embora intencionalmente abrangente, continua a privilegiar metodologias e contextos associados a uma Arqueologia mais tradicional, deixando numa zona de ambiguidade práticas emergentes que não implicam escavação ou recolha sistemática de espólio (Casimiro *et al.*, 2023). Este desfasamento entre prática e enquadramento legal torna-se particularmente evidente no caso das casas abandonadas, onde, na maior parte das vezes, a intervenção arqueológica ocorre no âmbito de acompanhamentos de obra, sem que exista um reconhecimento explícito da sua relevância enquanto contextos arqueológicos (Henriques e Filipe, 2025).

Assim, a Arqueologia do isolamento doméstico de idosos insere-se plenamente nas preocupações da Arqueologia Contemporânea, ao articular dimensões materiais, sociais e políticas. Mais do que um exercício de documentação, trata-se de uma prática interpretativa que questiona os limites da disciplina e a sua relação com o presente. Estes contextos obrigam a repensar não apenas o que estudamos, mas como e por que o fazemos.

É precisamente nesta interseção entre materialidade, proximidade temporal e responsabilidade social que a Arqueologia do isolamento sénior se afirma como um campo de investigação relevante. No entanto, essa relevância não pode ser dissociada dos desafios éticos que levanta, nomeadamente no que diz respeito à legitimidade da intervenção e à forma como estas vidas são representadas. É neste ponto que a discussão se desloca inevitavelmente para o domínio da ética, onde a Arqueologia deixa de ser apenas uma prática de conhecimento para se afirmar como uma prática de cuidado e responsabilidade, que vamos aprofundar em três estudos de caso.

“A Arqueologia do isolamento doméstico de idosos insere-se plenamente nas preocupações da Arqueologia Contemporânea, ao articular dimensões materiais, sociais e políticas. Mais do que um exercício de documentação, trata-se de uma prática interpretativa que questiona os limites da disciplina e a sua relação com o presente. Estes contextos obrigam a repensar não apenas o que estudamos, mas como e por que o fazemos.”

Figs. 1 e 2 – Armário e bonecos em Casa da Dona Clotilde.

3. Contextos empíricos: casas de idosos abandonadas

O presente artigo, como mencionado, utilizará três estudos de caso que foram identificados no centro histórico de Lisboa. Estes contextos surgem no âmbito de acompanhamentos arqueológicos, onde a atenção está formalmente dirigida para estruturas e estratigrafias mais antigas, mas onde, com frequência, se encontram espaços domésticos abandonados, preservando ainda a materialidade da sua última ocupação humana e não-humana.

Os casos apresentados neste artigo são deliberadamente anonimizados e construídos a partir de observações recorrentes em diferentes contextos, constituindo exemplos analíticos que permitem explorar padrões de abandono, práticas domésticas e tensões éticas associadas à sua documentação.

Num dos casos observados, o espaço doméstico apresentava-se aparentemente intacto, sem sinais evidentes de esvaziamento após o falecimento da inquilina, heteronimizada como Dona Clotilde. A cozinha mantinha os utensílios organizados, com a louça ainda disposta nos escorredores e os alimentos parcialmente consumidos armazenados em armários e no frigorífico (Fig. 1). No quarto, a sua cama permanecia feita, com vestígios claros de uso recente, e na mesa de cabeceira acumulavam-se medicamentos, copos de água e pequenos objetos pessoais. Este tipo de contexto sugere um abandono abrupto, não só associado à morte súbita, como é o caso desta senhora, mas também à institucionalização, sem acompanhamentos de processos posteriores de reorganização doméstica. Ao contrário de outros cenários, não se verificava aqui uma mediação ativa por parte de familiares ou herdeiros. O espaço permanecia numa espécie de suspensão temporal, em que a última ação quotidiana parecia interrompida, mas não concluída. Do ponto de vista arqueológico, este contexto apresentava elevado potencial interpretativo, na medida em que preservava relações espaciais e funcionais entre os objetos. A organização da casa permitiu reconstruir rotinas, percursos e gestos, desde as práticas alimentares até aos regimes de medicação. No entanto, esta mesma integridade intensificava a dimensão ética da intervenção, uma vez que o espaço mantinha um elevado grau de intimidade e reconhecimento. A entrada neste espaço doméstico foi marcada por uma sensação imediata de familiaridade, difícil de dissociar da própria experiência pessoal dos arqueólogos envolvidos. A organização da casa, os objetos dispersos e os pequenos gestos inscritos na materialidade quotidiana, tais como fotografias da Dona Clotilde colocadas em diferentes divisões, uma chávena associada ao consumo regular de chá adoçado com mel, embalagens de rebuçados para a tosse, a presença constante de terços e livros de oração e os bonecos que detinha, construíam uma narrativa íntima, reconhecível e próxima (Fig. 2). Não se tratava de um contexto estranho ou distante, mas de um espaço que remetia para práticas e rotinas partilhadas por muitas outras casas contemporâneas. Esta familiaridade produziu um efeito de identificação que ultrapassava a observação analítica, obrigando à tomada de consciência sobre a proximidade entre sujeito e objeto de estudo, para além do desconforto óbvio com o que parecia demasiado familiar.

Num segundo caso de estudo, o espaço doméstico evidenciava um padrão distinto, marcado por um esvaziamento parcial e seletivo. Determinados objetos, frequentemente associados a valor económico ou utilitário, tinham sido removidos, enquanto outros permaneciam no local. Ao contrário do caso anterior, a escassez de representações fotográficas dos inquilinos não provocou a necessidade de pseudonimizar

os agentes humanos, principalmente devido à presença de elementos de forte carga simbólica ou emocional, tais como objetos religiosos católicos e outros dedicados ao fanatismo futebolístico. Em ambos os conjuntos, a quantidade de objetos era considerável. O encontrar destes vestígios não pareceu algo aleatório. Pelo contrário, refletia decisões específicas sobre o que devia ser preservado, reutilizado ou abandonado. Por outras palavras, o que tinha sido rejeitado contava uma história muito mais rica. Os objetos deixados correspondiam precisamente àquilo que concentrava maior densidade emocional, tornando-se difíceis de integrar em novos contextos domésticos. O fanatismo religioso foi deixado para trás, o fanatismo futebolístico também. O isolamento surgia, assim, não como negligência, mas como uma forma de gestão da memória emocional. Arqueologicamente, este tipo de contexto revelava a importância de considerar não apenas os objetos presentes, mas também os ausentes. A ausência torna-se um dado interpretativo fundamental, permitindo inferir relações familiares, hierarquias de valor e estratégias de desapego. Aqui vivia um casal e a experiência arqueológica foi marcada por uma tensão entre duas esferas simbólicas aparentemente distintas, mas materialmente coexistentes. A presença simultânea de uma forte devoção católica, expressa por meio de imagens religiosas, terços e objetos devocionais, e de um conjunto significativo de objetos associados ao Sport Lisboa e Benfica, incluindo *memorabilia* e elementos decorativos, produzia um contraste que era simultaneamente evidente e profundamente humano (Fig. 3). Mais do que oposição, esta coexistência revelava formas complementares de pertença, fé e identidade, que foram deixadas propositadamente para trás por quem esvaziou a casa. Para nós, arqueólogos, a leitura deste espaço implicou um esforço de interpretação que não reduzisse estas dimensões a categorias simplistas, mas que reconhecesse a complexidade das práticas quotidianas. A experiência foi, neste caso, menos marcada pela familiaridade direta e mais pela necessidade de compreender como diferentes sistemas de significado podem coexistir no mesmo espaço doméstico, estruturando rotinas, afetos e formas de lidar com a vida e a solidão.

O terceiro contexto observado caracterizava-se por uma acumulação extrema de objetos, frequentemente associada a práticas de retenção e reaproveitamento. Nestes casos, os espaços domésticos encontram-se densamente preenchidos com materiais heterogéneos, incluindo embalagens, objetos descartados, restos de consumo e itens recolhidos do exterior. Longe de constituir apenas um fenómeno patológico, esta acumulação pode ser interpretada como uma resposta a condições de isolamento social e de insegurança material (Santos, 2025). Os objetos deixam de ser apenas instrumentos funcionais para se tornarem elementos de companhia, de memória e de controlo do ambiente doméstico. A distinção entre lixo e Património dissolve-se, passando todos os objetos a ser potencialmente significativos. Este contexto gerou uma reação distinta, caracterizada por um desconforto inicial associado à densidade material e à aparente ausência de critérios convencionais de organização (Fig. 4). Segundo relatos de vizinhos, a ocupante recolhia sistematicamente objetos do exterior, acumulando-os no interior da habitação sem proceder à sua remoção. Uma vez mais, a ausência de representações fotográficas da inquilina teve um efeito de desumanização: nunca se sentiu a necessidade de dar um nome a quem ali tinha vivido. Esta prática de recolha frenética de objetos resultava num espaço profundamente saturado, no qual a distinção entre objeto útil, objeto descartado e resíduo se tornava difusa. Para os arqueólogos, a experiência foi marcada por uma tensão entre a tendência inicial de classificar esta realidade como desordem ou patologia e a necessidade

Figs. 3 e 4 – Duas religiões e acumulação.

de suspender esse julgamento, reconhecendo a possibilidade de outros sistemas de valor e de relação com a materialidade. O desconforto não resultava apenas das condições físicas do espaço, mas também da confrontação com formas de vida que desafiam normas sociais dominantes, o que obriga a uma reflexão crítica sobre os limites da interpretação arqueológica e sobre o risco de reproduzir estigmas por meio da análise.
Independentemente do tipo de abandono, um elemento recorrente nos contextos analisados é a presença de objetos que atuam como âncoras identitárias. Entre estes destacam-se artefactos religiosos (imagens, terços, água benta), objetos associados a práticas culturais específicas (por exemplo, *memorabilia* desportiva) e fotografias familiares. Estes objetos desempenham um papel fundamental na manutenção de uma continuidade identitária e de estratégias de combate à solidão (Santos, 2025), especialmente em contextos de isolamento. Funcionam como mediadores entre o indivíduo e o mundo exterior, permitindo estabelecer ligações simbólicas com comunidades, crenças e relações afetivas. A sua presença recorrente sugere que, mesmo em situações de abandono social, existe um esforço ativo de construção e preservação de sentido.
Arqueologicamente, estes elementos permitem articular micronarrativas, ligadas à experiência individual, com macronarrativas mais amplas, relacionadas com práticas culturais e dinâmicas sociais. No entanto, a sua interpretação exige cautela, evitando leituras simplistas ou essencialistas.
Os casos apresentados demonstram que as casas habitadas por idosos não podem ser entendidas apenas como depósitos materiais. São, antes, paisagens emocionais, onde os objetos, os espaços e as ausências se articulam na construção de narrativas complexas sobre vida, solidão e morte.
Do ponto de vista metodológico, estes contextos desafiam diretamente abordagens tradicionais baseadas na classificação tipológica e na seleção de artefactos. A densidade material impede uma análise exaustiva, exigindo estratégias de registo que privilegiem a compreensão global do espaço e das relações entre objetos.

4. Metodologia: registar sem escavar

A abordagem metodológica adotada neste estudo parte do princípio fundamental de que os contextos domésticos contemporâneos, particularmente aqueles associados ao abandono sénior, não podem ser analisados através dos modelos tradicionais da Arqueologia. A escavação estratigráfica, a recolha sistemática de artefactos e a inventariação exaustiva revelam-se não apenas impraticáveis nestes contextos, mas também conceptualmente inadequadas. Ao contrário de depósitos arqueológicos convencionais, estas casas preservam ainda relações espaciais, funcionais e afetivas entre objetos, cuja destruição através de metodologias intrusivas implicaria uma perda irreversível de informação.
Neste sentido, a metodologia desenvolvida aproxima-se de propostas já exploradas no âmbito da Arqueologia Contemporânea, nomeadamente no trabalho de Buchli e Lucas (2001) em torno de uma casa de habitação social, que demonstraram que a análise de contextos domésticos recentes não depende da escavação, mas da capacidade de interpretar a materialidade em relação ao seu contexto social e espacial, sem recurso a desmontagem desses contextos. Tal como nesses estudos, o objetivo não é a catalogação exaustiva de objetos, mas a reconstrução de práticas quotidianas e de formas de vida a partir da sua materialização.

“A abordagem metodológica adotada neste estudo parte do princípio fundamental de que os contextos domésticos contemporâneos, particularmente aqueles associados ao abandono sénior, não podem ser analisados através dos modelos tradicionais da Arqueologia. [...] Implica uma mudança significativa no foco da análise, do objeto individual para o sistema de relações no qual este se insere.”

A intervenção nestes espaços baseia-se, assim, num conjunto de estratégias de registo não intrusivas. A documentação é realizada sobretudo através de fotografia sistemática e registo de vídeo contínuo, permitindo captar não apenas os objetos presentes, mas também a sua disposição, as suas relações e o contexto espacial. Este tipo de registo privilegia a leitura do espaço como um todo, em detrimento da análise isolada de artefactos, permitindo preservar a integridade das assemblagens e das narrativas que delas emergem.
A organização do registo segue uma lógica espacial, estruturada por divisões domésticas, nomeadamente cozinha, quarto, sala, casa de banho, entendidas como unidades analíticas fundamentais. Em cada espaço, a atenção centra-se em conjuntos de objetos que revelam práticas específicas, como a preparação de alimentos, o cuidado do corpo, a prática religiosa ou a gestão da saúde. Por exemplo, a presença articulada de chávenas, recipientes de mel e rebuçados para a tosse, como foi identificado no primeiro caso de estudo, permite inferir hábitos alimentares e estratégias de cuidado pessoal, enquanto conjuntos de medicamentos e objetos religiosos podem indicar rotinas associadas à doença e à fé.
Esta abordagem implica uma mudança significativa no foco da análise, do objeto individual para o sistema de relações no qual este se insere. A relevância de um artefacto não é determinada pela sua tipologia ou pelo seu valor intrínseco, mas pela sua posição numa rede de significados

e práticas. Neste contexto, a ausência de determinados objetos, resultado de processos de esvaziamento seletivo, assume também um papel interpretativo central, permitindo compreender decisões familiares, hierarquias de valor e estratégias de gestão da memória.

Importa salientar que esta metodologia não procura a exaustividade. Pelo contrário, assume a incompletude como uma condição inerente e necessária da análise. A impossibilidade de registar todos os elementos presentes, seja por limitações temporais, legais ou éticas, obriga a uma seleção baseada em critérios de relevância interpretativa. Esta seleção não constitui uma limitação metodológica, mas uma escolha consciente, alinhada com a necessidade de minimizar a intrusão e preservar a dignidade dos contextos analisados, a par da exequibilidade da intervenção.

Outro elemento fundamental desta abordagem é a integração da dimensão sensorial no registo arqueológico. Para além da documentação visual, são consideradas as perceções relacionadas com o cheiro, a luz, a temperatura e o estado de conservação dos espaços. Estas dimensões, frequentemente negligenciadas na Arqueologia tradicional, revelam-se essenciais para compreender a experiência vivida nesses ambientes e a forma como a materialidade contribui para a construção de atmosferas específicas, muitas vezes associadas a isolamento, abandono ou cuidado.

A metodologia adotada reconhece, assim, que a Arqueologia do isolamento sénior não pode ser reduzida a um conjunto de técnicas, mas deve ser entendida como uma prática interpretativa situacional, que articula registo material, sensibilidade etnográfica e reflexão ética. Ao privilegiar a documentação contextual, a análise relacional e a não intrusão, procura-se desenvolver uma abordagem capaz de responder à complexidade destes contextos, evitando, simultaneamente, a sua redução a meros objetos de estudo.

Deste modo, mais do que propor um modelo fechado, esta metodologia apresenta-se como um conjunto de princípios orientadores, adaptáveis a diferentes contextos, mas sempre centrados na ideia de que, perante espaços tão próximos e carregados de significado, a Arqueologia deve privilegiar o cuidado sobre a exaustividade e a compreensão sobre a apropriação que os próprios arqueólogos estão a fazer do espaço.

5. Ética: entre autorização legal e legitimidade moral

Importa esclarecer que a intervenção nestes contextos se encontra plenamente enquadrada do ponto de vista legal. Todas as ações foram realizadas no âmbito de trabalhos arqueológicos autorizados pela tutela, mediante a submissão e aprovação de um *Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos* (Pata), conforme previsto na legislação em vigor. Estes contextos surgem, na sua maioria, associados a processos de reabilitação urbana, nos quais a presença de arqueólogos é obrigatória e institucionalmente regulamentada. Acresce que, nos casos analisados, não foram identificados descendentes ou herdeiros legais que pudessem reivindicar a posse dos bens existentes no interior das habitações, encontrando-se estes, do ponto de vista jurídico, numa situação de ausência de titularidade reconhecida. No que respeita à proteção de dados, importa ainda referir que o ordenamento jurídico português não reconhece personalidade jurídica a indivíduos falecidos, não existindo, portanto, direitos de personalidade aplicáveis após a morte. Deste modo, a recolha e o tratamento de informação associada a estes contextos não configuram, em termos estritamente legais, uma violação de direitos individuais. Mas então, se está tudo de acordo com a lei, porque é que nos sentimos desconfortáveis?

Nos contextos aqui analisados, a intervenção arqueológica decorre num enquadramento formal claro: há autorização, não há oposição por parte dos familiares e os procedimentos são cumpridos. Legal e profissionalmente, não há conflito. Contudo, a entrada nestes espaços não é neutra. O desconforto surge precisamente quando tudo parece estar de acordo. Este desconforto não é um problema pessoal nem uma falha de adaptação por parte dos arqueólogos. Emerge da própria situação ética. O desconforto não resulta da dúvida sobre o que fazer, mas da perceção de que aquilo que está em causa eticamente não se esgota numa autorização. A presença de objetos íntimos, a organização do espaço doméstico e os sinais de uma vida recentemente interrompida introduzem uma dimensão que não se encaixa plenamente nas categorias da prática arqueológica convencionada.

A Arqueologia Contemporânea tem respondido a estes desafios através de abordagens situacionais, que entendem a ética como dependente de contextos específicos, relações e decisões concretas (Tarlow, 2001; González-Ruibal, 2018). Esta perspetiva permite lidar com a complexidade e reconhecer a dimensão política da prática. No entanto, especificamente nos casos aqui discutidos, os limites desta abordagem ética tornam-se evidentes. Nas casas de idosos abandonadas não há interlocutores, nem conflitos explícitos ou posições a negociar. A decisão de avançar é aparentemente simples, mas ainda não está resolvida do ponto de vista ético. E, em muitos casos, nunca vai estar.

Não estamos perante um dilema clássico entre alternativas. Estamos perante situações em que qualquer ação é, simultaneamente, necessária e insuficiente. Intervir é inevitável, mas não é neutro. O desconforto assinala precisamente isso. A responsabilidade ética não termina com a decisão nem com o cumprimento das normas (Santos, 2026). Registar, documentar ou autorizar a destruição de um espaço não resolve a questão ética. Apenas a suspende indefinidamente. Fica sempre algo por resolver, seja ligado à intimidade dos contextos, à ausência de consentimento ou à impossibilidade de representação.

Defendemos que a responsabilidade ética, neste sentido, não se cumpre nem se conclui. Acompanha a prática. Reconhecer isto não implica suspender os trabalhos nem significa também deixar de entrar na intimidade de quem já não se pode pronunciar, mas, enquanto arqueólogos, devemos recusar a ideia de que agir resolve o problema. Implica aceitar que, mesmo quando tudo está feito, nem tudo ficou resolvido eticamente.

6. Discussão: entre materialidade, vulnerabilidade e responsabilidade

A análise dos contextos apresentados demonstra que a Arqueologia do isolamento sénior não pode ser entendida apenas como uma extensão cronológica da disciplina, mas antes como um campo que exige uma reconfiguração profunda dos seus pressupostos teóricos, metodológicos e éticos. Estes espaços domésticos, situados na fronteira entre o passado recente e o presente, não se enquadram nas categorias tradicionais de sítio arqueológico, desafiando simultaneamente as noções de Património, lixo e memória. A sua relevância não decorre da sua antiguidade ou raridade, mas da sua capacidade de revelar dimensões frequentemente invisibilizadas da vida social contemporânea, nomeadamente a solidão, o abandono e a fragilidade das redes de cuidado.

Do ponto de vista metodológico, estes contextos evidenciam os limites das abordagens tradicionais baseadas na escavação e na recolha metódica de artefactos. Como demonstrado, a preservação das relações espaciais e funcionais entre objetos é essencial para a compreensão das práticas quotidianas, o que torna a intrusão física não apenas desnecessária, mas potencialmente destrutiva. A opção por metodologias de registo não intrusivas, centradas na documentação visual, na análise de conjuntos e na leitura contextual do espaço, não deve ser interpretada como uma adaptação circunstancial, mas como uma reformulação consciente da prática arqueológica face a contextos específicos. Neste sentido, a incapacidade de registar exaustivamente deixa de ser uma limitação e passa a constituir uma condição epistemológica, reconhecendo que a totalidade é, nestes casos, não só inalcançável, como também indesejável. Contudo, esta posição também é ética. A decisão de não escavar, de não recolher ou de não registar exaustivamente não resulta apenas de limitações práticas, mas também do reconhecimento de que a intervenção tem consequências que não podem ser totalmente neutralizadas por meio de leis ou de códigos éticos.

Simultaneamente, os casos analisados demonstram que a materialidade destes espaços não pode ser dissociada da sua dimensão emocional, e do impacto nos próprios arqueólogos. A familiaridade observada em alguns contextos, o contraste simbólico entre práticas aparentemente divergentes e o desconforto gerado por situações de acumulação extrema revelam que a Arqueologia do passado recente implica um envolvimento afetivo que desafia a ideia de distanciamento analítico. Este envolvimento não deve ser entendido como um obstáculo à produção de conhecimento, mas como um elemento constitutivo da interpretação, que, no entanto, exige uma reflexão crítica constante sobre os seus limites e implicações. Estes contextos resistem a ser plenamente enquadrados pelos modelos tradicionais da prática arqueológica. O desconforto descrito anteriormente não é, portanto, apenas uma reação individual, mas sim um indicador de que algo pode permanecer fora do controlo metodológico e ético.

“A análise dos contextos apresentados demonstra que a Arqueologia do isolamento sénior não pode ser entendida apenas como uma extensão cronológica da disciplina, mas antes como um campo que exige uma reconfiguração profunda dos seus pressupostos teóricos, metodológicos e éticos. Estes espaços domésticos, situados na fronteira entre o passado recente e o presente, não se enquadram nas categorias tradicionais de sítio arqueológico, desafiando simultaneamente as noções de Património, lixo e memória.”

A leitura destes contextos implica reconhecer também a solidão não apenas como um fenómeno social, mas como uma realidade material. Como tem sido demonstrado, a solidão manifesta-se através de configurações espaciais, práticas quotidianas e estratégias materiais que procuram compensar a ausência de relações (Santos, 2025). Nos casos analisados, esta dimensão torna-se particularmente evidente, seja na organização dos espaços domésticos, seja na presença de objetos com forte carga simbólica, seja nas práticas de acumulação. Estes elementos não ilustram apenas formas de vida individuais, mas constituem evidência material de experiências de isolamento e de tentativas de mitigá-las. É neste ponto que a dimensão ética se torna central. A ausência de consentimento, a natureza intrusiva da intervenção e os riscos associados à representação destes contextos evidenciam a necessidade de ultrapassar uma conceção da Arqueologia enquanto prática neutra e meramente descritiva. Como argumentado anteriormente, a legitimidade da intervenção não pode ser sustentada apenas pela autorização legal, mas deve ser enquadrada numa lógica de responsabilidade social. A Arqueologia do abandono sénior obriga, assim, a repensar o papel do arqueólogo, não apenas como produtor de conhecimento, mas também como mediador entre memória e esquecimento.

Neste sentido, a articulação entre micronarrativas, visíveis nos gestos quotidianos materializados nos objetos, e macronarrativas, relacionadas com dinâmicas sociais mais amplas, como o envelhecimento demográfico e a fragilidade das redes familiares, constitui um dos principais contributos deste tipo de abordagem. Ao trabalhar simultaneamente nestas duas escalas, a Arqueologia Contemporânea tem a capacidade de transformar histórias individuais em indicadores de processos estruturais, sem, no entanto, reduzir a complexidade das experiências vividas. Importa, contudo, reconhecer que esta capacidade interpretativa também comporta riscos. A tentação de generalizar a partir de casos específicos, de construir narrativas excessivamente coerentes ou de instrumentalizar estas histórias em nome de uma agenda social deve ser pensada. A força destes contextos reside precisamente na sua ambiguidade, na coexistência de práticas contraditórias e na impossibilidade de uma leitura totalizante. A Arqueologia do isolamento sénior não nos oferece respostas fechadas, mas levanta questões fundamentais sobre a forma como as sociedades contemporâneas lidam com a velhice, a dependência e a morte.

Neste enquadramento, a decisão de intervir ou de não intervir assume um significado ético incontornável. Se, por um lado, a destruição destes contextos sem registo implica a perda irreversível de informação sobre vidas raramente documentadas, por outro, a sua análise exige uma atenção constante à dignidade dos indivíduos envolvidos e à forma como as suas histórias são representadas. A Arqueologia encontra-se, assim, perante um dilema que não pode ser resolvido através de normas rígidas, mas que exige uma prática reflexiva, consciente das suas implicações e limitações.

Deste modo, a Arqueologia do isolamento sénior pode ser entendida como um campo de experimentação disciplinar, onde se cruzam questões de método, teoria e ética. Ao confrontar a disciplina com contextos de elevada proximidade temporal e emocional, obriga-a a repensar os seus fundamentos e a assumir o seu papel enquanto prática social. Mais do que objetos de estudo, estes contextos constituem um desafio à própria Arqueologia, questionando não apenas o que se estuda, mas também como e por que se estuda.

7. Conclusão

A Arqueologia do isolamento sénior, tal como aqui proposta, evidencia a necessidade de repensar profundamente os fundamentos da disciplina quando confrontada com contextos do passado recente. Longe de constituírem meros resíduos contemporâneos, as casas abandonadas por idosos revelam-se espaços densos de significado, onde a materialidade preserva não apenas práticas quotidianas, mas também relações sociais, afetos e formas de lidar com a solidão e a vulnerabilidade. Estes contextos obrigam a deslocar o foco da análise do objeto isolado para o conjunto relacional e da descrição material para a interpretação das experiências humanas que essa materialidade agrega.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem tradicional baseada na escavação e na inventariação exaustiva parece-nos inadequada face à natureza destes espaços. A adoção de estratégias de registo não intrusivo, centradas na documentação visual, na análise de conjuntos e na leitura contextual, não constitui apenas uma adaptação técnica, mas uma reformulação epistemológica que reconhece a importância da relação entre objetos, espaços e práticas.

Contudo, é ao nível ético que a Arqueologia do abandono sénior coloca os desafios mais significativos. A coexistência entre autorização legal e a impossibilidade de consentimento individual, a intrusão em espaços de elevada intimidade e o risco de exposição de vidas vulneráveis exigem uma reflexão crítica sobre o papel dos arqueólogos. Neste sentido, a proposta de uma abordagem orientada pela ética do cuidado permite enquadrar a prática arqueológica como uma forma de responsabilidade social, capaz de resistir ao apagamento destas vidas sem as reduzir a objetos de estudo, sabendo que nunca seremos eticamente exaustivos. Em última instância, estes contextos colocam à Arqueologia uma questão fundamental que ultrapassa o domínio técnico ou teórico: que tipo de disciplina queremos ser quando o passado que estudamos ainda é reconhecível, próximo, e, em muitos casos, desconfortavelmente familiar? A resposta a esta questão não reside apenas na forma como registamos estes espaços, mas também na forma como escolhemos olhar para eles e no que decidimos fazer com esse olhar. Mesmo quando a intervenção é necessária e justificada, isso não elimina o desconforto que a acompanha, apenas o torna visível. É nesse desconforto, mais do que na sua resolução, que se define a responsabilidade ética da Arqueologia nestes contextos.

Referências

Buchli, Victor e Lucas, Gavin (2001) – "The archaeology of alienation: a late twentieth--century British council house". In Buchli, V. e Lucas, G. (eds.). *The Archaeologies of the Contemporary Past*. London: Routledge, pp. 158-168.

Camarano, Amelia (2016) – "Living longer: are we getting older or younger for longer?". *Vibrant Virtual Brazilian Anthropology*. Brazilian Anthropology Association. 13 (1): 155-175. https://bit.ly/43K4ReW

Cameron, Catherine e Tomka, Steve (eds.) (1993) – *The Abandonment of Settlements and Regions: Ethnoarchaeological and Archaeological Approaches*. Cambridge: Cambridge University Press.

Casimiro, Tânia Manuel; Santos, Joel e Sequeira, João Luís (2025) – "Arqueologias Contemporâneas: desafios entre o passado e o futuro". *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 2.ª série. 28: 80-84.

Casimiro, Tânia Manuel; Santos, Joel; Sequeira, João Luís e Pacheco, Susana (2023) – "Arqueologia Fora da Lei". *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 26: 26-30.

Casimiro, Tânia Manuel; Santos, Joel; Sequeira, João Luís; Santa-Marta, Susana; Silva, Francisco e Camargo, Renata (2024) – "Arqueologia Não é Só o Que os Arqueólogos Fazem: comunidades, deceção e esperança". *Al-Madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 27 (2): 80-85. https://doi.org/10.5281/zenodo.15032424

Corrêa, Raphael (2025) – "Arqueologia Contemporânea na Visibilidade e Compreensão das Ontologias da Avenida de Ceuta (Lisboa)". *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 2.ª série. 28: 113-119.

González-Ruibal, Alfredo (2018) – "Ethics of Archaeology". *Annual Review of Anthropology*. Jstor. 47: 345-360. https://www.jstor.org/stable/48550911

Henriques, José Pedro e Filipe, Vanessa Galiza (2025) – "Multitemporalidade de um *Habitat* Rural Durante o Século XX: Casal da Granja (Arruda dos Vinhos)". *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 2.ª série. 28: 85-93.

Latour, Bruno (2007) – *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.

Lucas, Gavin (2021) – *Making time. The archaeology of time revisited*. London: Routledge

Moura, Francisco; Sequeira, João Luís; Casimiro, Tânia Manuel; Santos, Joel; Leão, Afonso; Pacheco, Susana e Pogarell, Margarida (2025) – "Descolonizar a Arqueologia Industrial: o caso da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços". *Al-Madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 28 (1): 186-195. https://doi.org/10.5281/zenodo.15032452

Santos, Joel (2024) – "Arqueologia do Lixo Religioso". *Al-Madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 27 (1): 80-87. https://doi.org/10.5281/zenodo.15032410

Santos, Joel (2025) – "Archaeology of Loneliness". *Journal of Social Archaeology*. Sage Journals. 25 (1): 90-109. https://doi.org/10.1177/14696053241305300

Santos, Joel (2026) – *Beyond Resolution. A Levinasian Approach to Archaeological Ethics*. Unpublished PhD essay submitted to the Master Class. Leicester: University of Leicester

Schiffer, Michael (1996) – *Formation Processes of the Archaeological Record*. Salt Lake City: University of Utah Press.

Sequeira, João Luís (2026) – *Humanizar a Arqueologia Industrial*. Tese de Doutoramento em História / Património, Universidade do Minho.

Sequeira, João Luís; Santos, Joel; Casimiro, Tânia Manuel; Texugo, André e Carvalho, Liliana Veríssimo (2026) – "20,000 hours rock art". *World Archaeology*. Taylor & Francis. 1-16. https://doi.org/10.1080/00438243.2026.2626032

Tarlow, Sarah (2001) – "Decoding ethics". *Public Archaeology*. Taylor & Francis. 1 (4): 245-259. https://doi.org/10.1179/pua.2001.1.4.245

[ligações à Internet activas em 2026-07-05]

Publicidade

CAA
Centro de Arqueologia de Almada

Associação de Utilidade Pública Sem Fins Lucrativos
Organização Não-Governamental de Ambiente

[travessa luís teotónio pereira, cova da piedade, almada]
[212 766 975 | 967 354 861]
[c.arqueo.alm@gmail.com]
[https://carqueoalm.wixsite.com/website]
[http://www.facebook.com]

uma Associação em que dá gosto participar!

Centro de Arqueologia de Almada

1972-2026

54 anos de intervenção social, a promover uma visão integrada da Arqueologia, do Património Cultural e Ambiental e da História local e regional, no exercício partilhado de uma cidadania cultural e cientificamente informada.

ficha de inscrição em
https://carqueoalm.wixsite.com/website/contact-3